



Rio de Janeiro, 18 de março de 2010.

Nota a respeito da questão dos royalties do petróleo e sua relação com o reajuste dos servidores

Sobre a campanha “O Rio contra a covardia”

Ontem foi realizado um ato de protesto nas ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro, liderado e promovido pelo governador Sergio Cabral Filho (PMDB). Este ato, chamado “O Rio contra a covardia”, que contou com amplo apoio dos principais veículos de comunicação, teve o propósito de manifestar o descontentamento do governo estadual contra a emenda Ibsen Pinheiro (PMDB/RS). A emenda, aprovada recentemente na Câmara dos Deputados, altera a distribuição dos dividendos da exploração do petróleo – tanto da produção futura, na camada do pré-sal, quanto na exploração das áreas ora em curso. Como consequência da emenda, o governo estadual pode vir a perder cerca de R\$ 3,5 bilhões sob a forma de participação nos frutos da exploração petrolífera. Com isso, segundo as autoridades do governo Cabral Filho, o estado do RJ não teria condições de arcar com os custos envolvidos nas obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Também não possuiria condições para conceder o reajuste salarial aos servidores; enfim o estado estaria inviabilizado, estrangulado. Considerando as declarações do governador e dos seus assessores e secretários, aparentemente o estado depende, com exclusividade, dos repasses do governo federal relativos à exploração do petróleo. O Estado do RJ e o seu Povo viveriam, portanto, da “bolsa-petróleo” paga pela União. Uma lastimável e distorcida visão que o governador Cabral Filho está difundindo Brasil afora, manchando a imagem do Povo carioca e fluminense. Além de tudo, uma mancha desnecessária: para uma previsão orçamentária do governo do estado do RJ (2010) de R\$ 47,4 bilhões de receita, será mesmo que a perda de R\$ 3,5 bilhões tem um impacto que justifique tamanha celeuma? É muita demagogia!

Vale destacar que o governador foi bastante inábil em sua participação nos debates em torno da distribuição dos recursos da camada do pré-sal. Todo pimpão, sua postura bastante agressiva, desde o início dos debates, se apoiava em promessas do presidente Lula (PT) e desconsiderava um diálogo com os parlamentares dos outros estados. Agressivo e impositivo, defendia a manutenção do mesmo nível de transferência, válido na exploração corrente e que beneficia o nosso estado, para os dividendos futuros a serem obtidos com a extração do petróleo da camada do pré-sal. Em outras palavras, desconsiderou o diálogo com o Congresso Nacional, com os parlamentares que representam as bancadas dos outros estados. Uma imagem negativa, antipática e autoritária, evidentemente, foi uma decorrência natural desta linha de ação do governador. Querendo tudo, especulando sobre expectativas da exploração futura, perdeu ainda, com a emenda Ibsen, recursos já assegurados na exploração atual.

Em todo caso, como divulgado pela imprensa, sabemos que os recursos da atual produção serão garantidos e que a emenda Ibsen tende a cair, seja no Senado Federal seja por meio de um veto da Presidência da República. Uma emenda realmente danosa ao estado, pois não assegurou um processo transitório para o equilíbrio orçamentário do governo estadual e de algumas prefeituras, retirando, da noite para o dia, uma boa soma de dinheiro. Despesas e investimentos já empenhados no orçamento, é claro, contavam também com os recursos da “bolsa-petróleo”. A emenda ao retirar do estado recursos federais garantidos, nos parece uma revanche dos representantes dos outros estados à postura do governo do RJ. Em que pese a infelicidade da emenda, ela não deixa de revelar os efeitos da inabilidade política do governador.

Por outro lado, importa chamar a atenção para o seguinte fato: independente das motivações políticas que levaram à aprovação da emenda Ibsen, ela, no tocante ao pré-sal, em alguns dos seus argumentos, é bastante pertinente. Isso porque leva em conta o fato de que a exploração petrolífera feita no mar, quer dizer, em águas da Nação, deve beneficiar a todo o País, não apenas a uns poucos estados e municípios. Além disso, a produção é feita, em grande parte, por uma empresa semi-estatal da União, a Petrobras. Os benefícios diretos e indiretos auferidos pelo estado produtor, mesmo sem a “bolsa-petróleo”, são em si bastante significativos: estimula a economia estadual, incrementando a indústria petroquímica, o comércio e o setor de serviços. Logo, são gerados mais empregos e arrecadados mais impostos pelos governos municipais e estadual. Por fim, a redistribuição mais equitativa dos recursos da exploração do petróleo podem, e devem, servir para a redução das desigualdades regionais tão flagrantes em nosso País. Alegar que o “Rio está sendo roubado!” é, no mínimo, demagogia e sintoma de provincianismo político tacanho. A cidade do Rio já foi a capital do País. O governo estadual e os que o apoiam nesta campanha estão esquecendo do papel histórico da cidade, com o seu olhar sempre voltado ao conjunto da Nação. Basta de amesquinamento político!

Ao que interessa imediatamente ao conjunto dos servidores estaduais e da Faetec, cumpre observar que é proibida, por lei, a utilização dos royalties para o pagamento da folha de pessoal. Pois bem. Se o governo estadual alega que não pode reajustar os salários dos servidores em função da possível perda de receita do petróleo no pagamento dos aposentados, cabe indagar: o governo do estado tem aplicado inadequadamente os recursos do petróleo? Ao que nos parece, sim, pois, a destinação destes recursos deve ser orientada para investimentos estruturais, de modo que o estado diversifique sua economia e não se encontre, futuramente, na dependência de uma receita que terminará com o esgotamento do recurso não-renovável que é o petróleo. A estridente reclamação do governador, nesses dias, só tem revelado que os recursos do petróleo estão sendo mal utilizados, deixando de beneficiar o Povo carioca e fluminense, o seu bem-estar e a sua economia, no presente e no futuro. Para onde está indo este dinheiro tão prezado pelo governo estadual? Para efeito de comparação, vejamos: o governo do estado possui, em receita, incluindo os royalties, aproximadamente o dobro do PIB de um país vizinho, o Uruguai. Mas, no que diz respeito à qualidade de vida da sua população (medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano) o nosso estado fica atrás do Uruguai. E então, o que o governo estadual está fazendo com os royalties e com toda a gama de impostos pagos pelo nosso Povo?!

Ademais, não é ocioso lembrar que mesmo com o recebimento dos royalties, há mais de uma década o funcionalismo público estadual sofre com uma política salarial restritiva. Perdas salariais acumuladas desde o governo Marcello Alencar (PSDB) vão se avolumando, devido a uma clara estratégia de precarização da oferta do serviço público estadual e de desprezo pelas condições de trabalho e de vida do servidor. As perdas inflacionárias dos servidores da Faetec chegam, hoje, à casa dos 50%. Metade do poder de consumo dos nossos salários foi corroída! O governo desconsidera, em consequência, o próprio bem-estar da população com a oferta de serviços precarizados e com servidores mal pagos.

Os servidores estão cansados de governantes conservadores e demagógicos! Chega de demagogia! Chega de desculpas! Não tem choro, governador: queremos o nosso reajuste já!

Sindicato dos Profissionais de Educação da Faetec – SINDPEFAETEC

www.sindpefaetec.org.br